

BARRACÃO OU BARRACÓN? FRONTEIRAS EM MOVIMENTO E O ESPAÇO LITIGIOSO ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1882-1905)

Bruno Pereira de Lima Aranha

Professor formador do Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

E-mail: brunoaranha83@gmail.com

Resumo:

O presente artigo consiste numa proposta de análise de relatos realizados por viajantes brasileiros e argentinos que se dirigiram à fronteira Brasil-Argentina entre 1882 e 1905, onde hoje se localiza a província argentina de Misiones, o oeste catarinense e o sudoeste paranaense. Para analisar esse espaço disputado pelas duas nações, ampliamos a ideia de conceber a fronteira apenas como uma linha demarcatória para poder analisar o movimento dos agentes estatais de ambos os países dentro de um espaço, todavia indefinido, tal como uma “borderland”, idealizado como um sertão pelos brasileiros e como um *desierto* para os argentinos. O que acabou por conformar num olhar original, dentro de uma proposta americanista que diferia dos relatos europeus sobre a América. Desta vez, eram os americanos a olharem para suas desconhecidas vastidões interiores.

Palavras-chave: *Fronteira Brasil-Argentina. Borderland. Território. Espaço.*

Disputas pela fronteira: territorializando um espaço imaginado

Desde os tempos coloniais, a atual fronteira entre Brasil e Argentina era uma “zona de contato”¹ entre as coroas ibéricas e as sociedades autóctones que ali já estavam assentadas antes da chegada dos europeus. Durante o século XIX, era um mundo à margem dos novos Estados nacionais herdados das duas coroas. Tratava-se de uma sociedade heterogênea composta por indígenas guaranis e kaingangs e por um contingente de uma população mestiça que vivia alheia aos dois projetos nacionais, os quais tencionavam avançar suas fronteiras interiores no sentido de efetivar o controlar deste espaço.

Após o início da vida independente de Brasil e Argentina, essas novas nações herdaram das coroas ibéricas a demarcação da fronteira através do curso do rio Uruguai, região esta que abarca todo o oeste do Rio Grande do Sul e, no lado argentino, a parte leste da província de Corrientes e o sul da província de Misiones². Durante quase todo o século XIX, o espaço onde hoje se situa todo o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná era uma área litigiosa disputada entre os dois países. A demarcação veio apenas no ano de 1895 com a assinatura do Tratado de Palmas, o qual demarcou a fronteira através dos rios Peperi-Guaçu

¹ Conceito cunhado por Mary Louise Pratt para designar “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT, 1999, p. 27).

² Após os Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), os quais ainda reconheciam os Sete Povos das Missões como território espanhol, Portugal legitimou essa fronteira em 1801, após milícias do governo do Rio Grande do Sul render as tropas espanholas que até então controlavam a margem esquerda do rio Uruguai, ficando assim as antigas Missões Orientais sob jurisdição portuguesa (CAMARGO, 2001, pp. 129-132; WINTER, 2018, pp. 57-58).

(afluente do Uruguai) e Santo Antônio (afluente do rio Iguaçu) ³. O acordo foi mediado pelo presidente estadunidense Stephen Grover Cleveland, o qual arbitrou a favor do Brasil, tendo a Argentina perdido uma porção de território que considerava como parte do leste de Misiones (MARTINELLO, 2016, p. 97-98).

Esse dado, entretanto, não assegurava que as duas nações tenham fixado efetivamente a sua presença na região a partir desta data. Se o tratado de limites foi firmado naquele momento, a ocupação efetiva por parte dos respectivos Estados ainda teria um longo processo que adentraria ainda o século XX⁴.

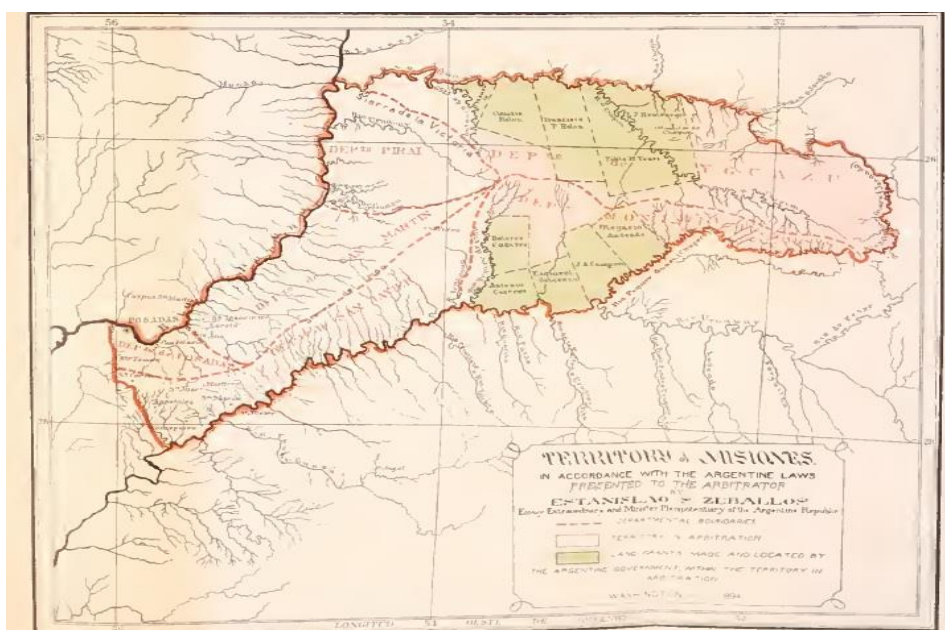


Figura 1: Mapa argentino de 1881 demarcando a área em litígio anexada pelo Brasil após a arbitragem do presidente Cleveland em 1895
Fonte: (MORAES, 2017)

Para analisar esse espaço disputado pelas duas nações, ampliamos a ideia de conceber a fronteira apenas como uma linha demarcatória. Não se tratava de um território consolidado, mas de um espaço indefinido, tal como uma “*borderland*”⁵, idealizado como um sertão pelos brasileiros e como um *desierto* para os argentinos. Nesse sentido, o espaço é analisado dentro de uma dinâmica de fronteira móvel, onde mapearemos os próprios movimentos empreendidos pelos Estados Nacionais através de expedições de reconhecimento sobre os seus respectivos pretensos territórios.

³ Entre as nascentes desses dois rios, existe, todavia uma fronteira seca de 25 quilômetros.

⁴ A respeito das políticas de ocupação fomentadas nos dois lados da fronteira no decorrer das primeiras décadas do século XX, ver: (CRESTANI, 2019).

⁵ Conceito cunhado por Herbert Eugene Bolton (1921) para designar uma região fronteiriça receptora de uma diversidade de movimentos. O seu recorte geográfico foi a América do Norte e o seu contexto baseado numa dinâmica de contatos, avanços e recuos de fronteira entre espanhóis, franceses, britânicos, estadunidenses e indígenas que, com o passar do tempo, delinearão as fronteiras que conhecemos hoje. Jeremy Adelman e Stephen Aron (1999, p. 817) abriram a possibilidade de pensar outras *borderlands* dentro do espaço americano como a própria bacia do Prata

Para o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, o território representa uma porção do espaço identificada pela posse, podendo ser uma área de domínio, tanto por parte de um Estado, como de organizações próprias de povos tradicionais, que não necessariamente configurem um Estado no sentido moderno (MORAES, 2003, p. 59-60).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu caminha no sentido de desconstruir a ideia de território para pensar a sua própria lógica espacial. Em sua obra *O Poder Simbólico*, a sua argumentação é subsidiada pelas ideias do geógrafo Maurice Le Lannou, seu compatriota, o qual, por sua vez, teceu críticas à velha escola dos geógrafos deterministas, os quais, segundo ele próprio, “olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região” (BOURDIEU, 1989, pp. 108-109).

Tanto Bourdieu, quanto a geração dos geógrafos críticos ao determinismo, demarcaram uma necessidade de discutir a dinâmica de intervenção humana sobre o espaço, possibilitando assim uma maior criticidade a respeito das projeções emanadas por agentes externos em relação a um determinado espaço. Para o brasileiro Milton Santos (1978, p. 171), o espaço contém frações da própria sociedade que se movimenta. Tal movimento é alheio à dinâmica dos limites impostos pela ação dos agentes estatais. Sendo assim, a demarcação faz sentido apenas para um determinado território, mas não para o espaço como um todo. Para Bourdieu, a fronteira representa uma imposição arbitrária de um agente externo que realiza suas próprias projeções, no sentido de delimitar um território imaginado: “[...] A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão [...] produto de uma imposição arbitrária [...]” (BOURDIEU, 1989, pp. 114-115).

As disputas na fronteira estão envoltas no contexto do estado de relação de forças e das lutas que se passam no espaço. Nesse sentido, as ideias de Bourdieu dão margem para se pensar nas possibilidades de análises que busquem descortinar as projeções, mapear essas lutas e pensar em como o espaço foi afetado pela ingerência do “poder simbólico” advindo de agentes externos:

[...] a ciência pode eleger como objecto o próprio jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo, e em que não há outra escolha para quem pretende jogá-lo [...] a não ser mistificar ou desmistificar (BOURDIEU, 1989, p. 123).

O geógrafo brasileiro Antonio Carlos Robert Moraes defende uma concepção de geografia que logre captar as nuances e movimentos que sucedem no espaço. Para ele, tal conjuntura representa um processo histórico, de encontros e desencontros entre diversos atores e processos. A sua teoria caminha no sentido da construção de uma Geo-História, ou,

como denomina o próprio autor, uma “análise geográfica da totalidade” (MORAES, 2002, pp. 54-55).

O espaço fronteiriço entre Brasil e Argentina, sobretudo, a área que esteve sob litígio, era e continua sendo hoje o maior epicentro da produção da erva-mate. Durante o período da divisão internacional do trabalho, era impositivo, para os novos Estados nacionais americanos, comercializar os produtos primários existentes nos espaços considerados como periféricos. Nesse sentido, a valorização econômica da erva-mate acarretou na chegada de novos agentes, oriundos dos centros de poder, tanto do Brasil, como da Argentina. A chegada desta frente extrativa - atrelada à presença estatal - não deixou de causar impacto sobre o espaço, o qual, até então, não estava integrado ao moderno sistema capitalista⁶.

Este tipo de movimento resultou em distintas maneiras de apropriação do espaço, ou, conforme as palavras de Moraes (2002, p. 52), em uma “antropomorfização do espaço terrestre”. Nesse sentido, a ação da atividade humana vai sendo depositada na superfície terrestre ao longo do tempo, implicando no surgimento de diferentes formas de produção, na ressignificação e na projeção de diversos valores sobre o espaço.

Durante as duas últimas décadas do século XIX, em meio ao processo de ocupação do espaço disputado por Brasil e Argentina, considerado periférico - mas de certo modo estratégico – por ambas as nações, várias expedições foram patrocinadas pelos dois governos, cujo intuito era o de buscar maiores informações e relatos sobre este espaço, ainda pouco explorado, e que de acordo com a mentalidade da época, era passível de desenvolvimento econômico. As extensas reservas naturais de erva-mate, a riqueza florestal, a paisagem natural e uma vasta área apta para a colonização chamaram a atenção dos viajantes que integraram essas expedições, as quais se dirigiram para um espaço comum e, ao mesmo tempo, disputado pelos dois projetos nacionais que tencionavam avançar as suas respectivas fronteiras.

Os viajantes brasileiros e argentinos, percorrendo o espaço até então desconhecido por eles, realizaram suas respectivas projeções com a ideia de que elas ganhassem corpo, transformando o local percorrido no lugar idealizado por eles próprios. Conforme aponta o historiador anglo-australiano Paul Carter, existe todo um processo de criação de um lugar imaginário por parte destes agentes externos: “*Yet the writer evidently feels he has described*

⁶ Nesse período, a exploração da erva-mate ainda era realizada através do extrativismo. As técnicas de cultivo somente foram implementadas no decorrer do século XX. O antropólogo argentino Roberto Carlos Abinzano (2010, pp. 9-10) utiliza o conceito de *frente extractivo* para analisar a exploração da erva-mate. Para ele, esse modelo de ocupação consistiu num sistema produtivo com características próprias, dotado de uma baixa inversão de capital, onde o empresário buscava extrair o máximo possível de matéria-prima bruta para receber um tratamento industrial fora do seu espaço de origem.

the sensation of settling – and so he has obliquely, metaphorically, by creating an imaginary place in advance of the physical one” (CARTER, 1987, p. 152)⁷.

A zona litigiosa era reivindicada pelas duas nações como pertencentes aos seus respectivos territórios nacionais. Era esse o cenário onde foram potencializadas as projeções de ambos os lados no sentido de efetivar a territorialização de uma *borderland* em disputa.

Cabe ainda aclarar que a nossa análise é restrita apenas ao espaço litigioso e não abarca as impressões das expedições sobre outras zonas de fronteira como a da região fisiográfica do Alto Uruguai (entre o Rio Grande do Sul e Corrientes) e do Alto Paraná, na altura entre Foz do Iguaçu e o nordeste de Misiones⁸.

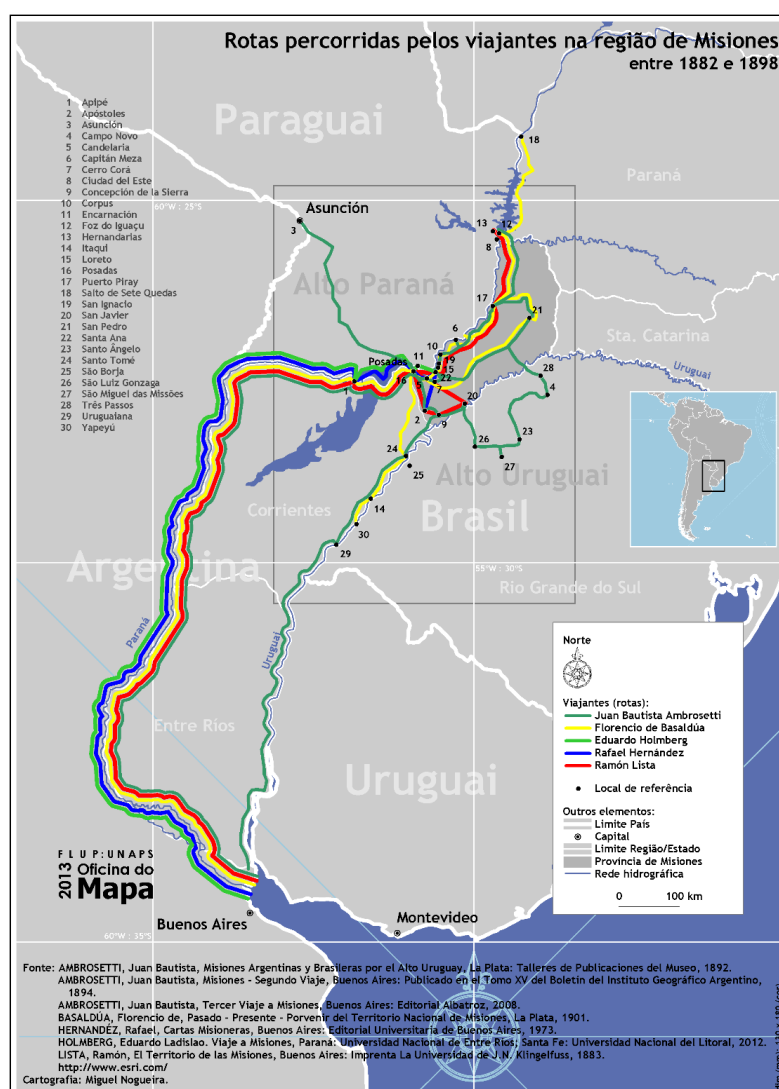


Figura 2: Rotas percorridas pelas expedições argentinas

Fonte: (ARANHA, 2014, p. 22)

⁷ “O narrador, ao descrever o processo de ocupação, o faz metaforicamente, criando assim um lugar imaginário anterior ao espaço que será efetivamente constituído” (tradução nossa).

⁸ Sobre a ocupação brasileira na região de Foz do Iguaçu, consultar: (MYSKIW, 2009). No que toca o lado argentino, consultar: (ARANHA, 2014).



Figura 3: Rotas percorridas pelas expedições brasileiras
Fonte: (ARANHA, 2020, p. 27)

San Pedro, Campo Erê e Barracón: projeções em torno do espaço litigioso

O espaço litigioso compreendido entre os rios Iguaçu e Uruguai era um campo aberto para as projeções brasileiras e argentinas. Era uma zona bastante rica em matéria de erva-mate, além de consistir em uma área de floresta com araucárias, madeira bastante valorizada no mercado. Também era um lugar ideal para que alguns contingentes populacionais vivessem de maneira autônoma sem a ingerência dos dois Estados nacionais. Por esse motivo, os refugiados da Revolução Federalista⁹ encontraram neste espaço um local ideal para se livrar de possíveis sanções punitivas por parte do Estado brasileiro. Também era uma área habitada por “foras-da-lei” argentinos, uruguaios e brasileiros, além de escravos fugitivos que encontravam nesta área um local seguro onde na prática não vigorava as leis brasileiras e argentinas (RENK, 2006, p. 39).

⁹ Guerra civil que ocorreu no sul do Brasil, logo após a Proclamação da República. Ocasionalizada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor a Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul. Seu objetivo era conquistar maior autonomia e descentralizar o poder da então recém-proclamada República Brasileira. Durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, sendo vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos. O conflito atingiu o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

San Pedro, localizada a 47 quilômetros ao oeste do rio Peperi-Guaçu, onde mais tarde seria demarcada a fronteira, era a única povoação e ponto de apoio para os forasteiros que desejavam se embrenhar por este espaço. O explorador argentino Juan Bautista Ambrosetti a definiu como *“un oasis que el viajero encuentra en medio de su larga peregrinación por la selva virgen”* (AMBROSETTI, 2008, p. 133). A partir daí eram escoadas grandes quantidades de erva-mate por uma picada terrestre até Puerto Piray, no rio Paraná, para depois seguir até Buenos Aires. A fundação de San Pedro remonta ao ano de 1875, momento em que uma expedição de ervateiros, sob os auspícios do governo de Corrientes, adentrou a região em busca de ervais. A sua exploração iniciou-se após um tratado firmado com os índios kaingangs, liderados pelo cacique Maidana¹⁰, episódio este que ficou conhecido como *“pacto de la selva”*. Ainda que o governo de Corrientes tenha uma participação nesta expedição, na prática, ela consistiu numa iniciativa privada empreendida por empresários ervateiros brasileiros e argentinos (GADEA, pp. 87-88).



Figura 4: Mulas carregadas de erva-mate de San Pedro chegando em Puerto Piray
Fonte: (RÊGO & CAPDEVILA, 2017, p. 247).

¹⁰ O cacique Maidana não era indígena de nascimento. Era um branco que foi resgatado e adotado pelos próprios kaingangs. Em 1847, uma expedição composta por vinte homens e liderada pelo capitão Jacinto Galeano entrou na zona dos ervais de San Pedro. Eles foram atacados e mortos pela tribo do cacique Fracán, restando viva apenas uma criança de dez anos chamada Bonifacio Maidana. Ele foi adotado pelo cacique Goimbaré e integrado à sua tribo, tendo se casado com a sua própria filha e herdado o seu cargo de liderança (WILDE, 2007, p. 93).

O suporte dos indígenas era de fundamental importância neste espaço, não somente para o fomento da atividade ervateira, como também para a cristalização das projeções do Estado sobre um território a ser conquistado. O cacique Maidana foi recebido em Corrientes e reconhecido como capitão do exército argentino num claro intento de conter um possível avanço brasileiro na região. Florencio de Basaldúa, outro explorador argentino, assim registrou o encontro que teve com esse líder indígena:

Dice Maidana que en 1875 estuvo con sus capitanejos en la ciudad de Corrientes, á reconocer la autoridad suprema del gobierno argentino, y que el señor Gobernador don Juan V. Pampin y meses después el doctor José Luis Madariaga, le confirieron el grado de capitán del ejército argentino, que há ejercido con las armas en la mano para sostener la posesión nacional contra invasiones de los indios brasileiros [...]
(BASALDÚA, 1901, p. 182).

A narrativa do argentino é carregada de um teor assimétrico onde o cacique supostamente teria encarado com naturalidade a sua submissão ao Estado argentino. Ao registrar a fala do outro, o viajante não deixou de inserir o seu filtro e suas próprias intencionalidades. Resultava difícil atribuir a tarefa de combater índios brasileiros ao cacique, já que o quesito moderno de nacionalidade não fazia sentido para as tribos que viviam neste espaço. Se a fronteira não existia nem para os forasteiros, para os locais que estavam alheios a esta intervenção externa, ela teria ainda menos significado.

A conjuntura do choque entre os dois projetos nacionais na região de San Pedro foi ressaltada também por Ambrosetti quando aí esteve em 1894, um ano antes da assinatura do tratado de fronteiras. Ele assinalou o quanto predominava a presença dos ervateiros brasileiros nessas paragens: *“El arraigo del elemento blanco, brasilero en su mayor parte, se debe a los yerbales que cerca de allí existen [...]”* (AMBROSETTI, 2008, p. 149).

Por mais que estes ervateiros estivessem atuando sob iniciativa própria, sem uma ligação direta com o governo brasileiro, esta atividade poderia representar um problema para a legitimação de San Pedro como território argentino. Contudo, o avanço brasileiro ainda estava longe de atingir essa localidade. O Império, devido a uma preocupação diplomática, dentro do contexto que antecedeu a assinatura do tratado de 1895 com a Argentina, teve a preocupação de estabelecer suas duas colônias militares - Chopim e Chapecó - na borda do espaço litigioso, localizada 200 quilômetros a leste de San Pedro (VENSON, 2018).



Figura 5: Mapa com a localização das Colônias Militares de Chopim e Chapecó
Fonte: (XAVIER, 2016).



Figura 6: Araucárias em San Pedro, Misiones, Argentina.
Fonte: (AMBROSETTI, 1895, p. 131).

Situada dentro do espaço litigioso, a atual localidade catarinense de Campo Erê era alvo de projeções de ambos os Estados nacionais. Dentro do contexto do avanço da fronteira brasileira, um contingente de pecuaristas oriundo dos campos de Palmas chegou a ocupar a região. Entretanto, essa presença era efêmera e encontrou bastante dificuldade por estar situada em meio a uma zona densa de floresta e distante do centro urbano de Palmas (D'ANGELIS, 2006, pp. 282-285).

A expansão decorrente do avanço da fronteira argentina apontava um grande interesse sobre esta zona devido não só à exploração da erva-mate, considerada como o “oro verde” pelos argentinos, mas também pela possibilidade do cultivo de café e da cana de açúcar. Em 1882, o argentino Ramón Lista projetou Campo Erê - também a nominando como Palmas Novas, numa clara alusão à nomenclatura brasileira¹¹ - como parte da Argentina justamente para poder impulsionar essas atividades econômicas. Seria esta região a que teria as melhores condições climáticas para tais empreendimentos. O argentino apontou, entretanto, que foram os brasileiros os pioneiros a iniciarem tais atividades na referida localidade:

Misiones no posee otros caminos que las siguientes picadas ó senderos al través de la selva impenetrable: 1ª De Piray á Palmas Novas (Campo Eré) [...] Cuanto mas se aproxima uno á la línea fronteriza del Nordeste, mas constante es la temperatura y menos sensibles los vientos del Sudeste u del Sud, razon por la qual los vegetales son mas robustos y las cosechas mas productivas y regulares. De aqui se infiere que la parte mas cálida del território, la que precisamente nos disputa el Brasil, seria la mas adecuada para el cultivo de la caña, del café y de otras muchas plantas que han dado hasta ahora magníficos resultados en los experimentos hechos por los plantadores brasileiros de Palmas Novas y Paggí (LISTA, 1883, pp. 52-56).

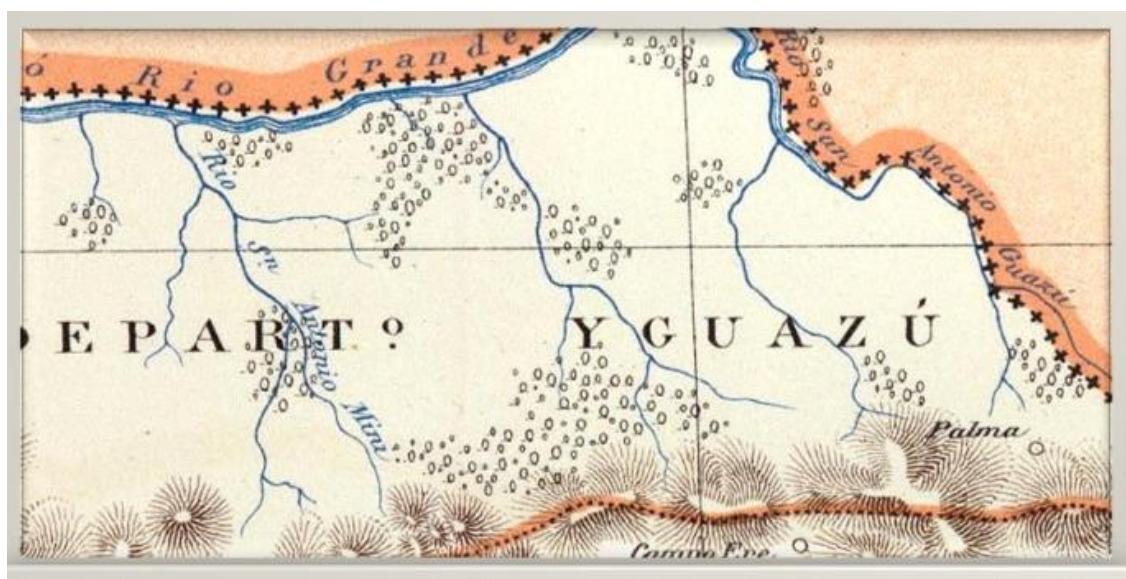


Figura 7: Mapa de 1888 indicando Palmas e Campo Erê como território argentino.
Fonte: (MORAES, 2017)

Apesar de Lista salientar uma variada gama de atividades econômicas, a erva-mate era ainda a “menina dos olhos” dos argentinos. O domínio de Campo Erê daria um contributo significativo no sentido de lograr a tão almejada obtenção de autonomia em relação às importações da erva-mate brasileira: “*Los principales yerbales ó sitios donde abunda el Ilex están situados en la proximidade de las sierras, siendo notables los de Campo Eré y*

¹¹ Podemos interpretar essa nomenclatura como uma referência ao movimento de expansão dos fazendeiros de Palmas.

campinas de Américo, San Pedro y Tabay” (LISTA, 1883, p. 78). Tal conjuntura era ligada diretamente com o contexto geopolítico da época. O discurso do viajante era enfático no sentido de considerar esta área como pertencente à Argentina. Por esse motivo, apontou os brasileiros aí residentes como intrusos, não tendo sido estes computados pelo censo argentino: “*Segun el censo nacional de 1869, Misiones tenia entónces 3000 habitantes, sin incluir en ese cómputo los 400 ó 500 brasileiros establecidos en las campinas de Palmas-Novas [...]*” (LISTA, 1883, p. 33).

A conjuntura geopolítica que girava em torno da região compreendida entre San Pedro e Campo Erê não cessou após a assinatura do tratado de fronteiras de 1895. As ressalvas argentinas não eram nem um pouco infundadas, já que, em 1903, o explorador brasileiro Domingos Nascimento passou por esta zona e realizou projeções com o objetivo de ampliar a influência brasileira para além da fronteira delimitada. Após passar pela então Colônia Militar de Foz do Iguaçu¹², desceu o rio Paraná até a localidade argentina de Puerto Piray. A partir daí, acompanhado de Manuel Silva, brasileiro residente em San Pedro, empreendeu uma viagem terrestre cortando Misiones de oeste a leste. Passou por San Pedro, cruzou a então fronteira recém-demarcada através do único ponto de fronteira seca entre os dois países¹³, em seguida, rumou até Campo Erê, localidade assegurada como brasileira após o tratado de 1895.

No sentido de relatar o espaço e as populações da nação vizinha, a sua narrativa, permeada por uma ótica nacionalista, estava preocupada apenas em registrar a presença brasileira no norte de Misiones: “Em meu caminho vou encontrando centenas de patrícios, muitos delles paranaenses, que trabalham como mouros em plantações e tropas, sem nunca poderem libertar-se dos pesados compromissos [...]” (NASCIMENTO, 1903, p. 154).

Sua narrativa consistiu em uma crítica direta às atividades dos ervateiros argentinos que estariam submetendo os brasileiros a um trabalho estafante, embora tenha omitido a informação de que a maioria dos empresários ervateiros, pelo menos em San Pedro, conforme apontou Ambrosetti, era de origem brasileira. Daí resulta a sua comparação, num sentido pejorativo, entre brasileiros e mouros. Nascimento julgava-se o libertador desta gente. No entanto, esta questão “humanitária” estaria envolta de um ideário maior que era a expansão brasileira por este espaço, ainda que seu domínio estivesse sido assegurado pela Argentina após o tratado de 1895. Mesmo correndo o ano de 1903, o brasileiro não deixou de realizar

¹² Fundada em 1889, na desembocadura do Iguaçu no rio Paraná, a colônia militar de Foz do Iguaçu foi parte do projeto brasileiro de fazer frente à Argentina no contexto de ocupação da fronteira (MYSKIW, 2009).

¹³ Trata-se da fronteira delimitada entre as nascentes do Peperi-Guaçu e do rio Santo Antônio.

suas projeções. Ele acreditava numa clara possibilidade de o jogo geopolítico beneficiar a sua pátria num futuro próximo. Ainda que na prática, Nascimento fosse um lobo solitário, já que essa tese não obteve repercussão alguma dentro do alto escalão do governo brasileiro.

Mas esta projeção não foi realizada apenas por Nascimento. Embora nunca tenha ao menos pisado em San Pedro, outro viajante brasileiro, Arthur Franco, em sua expedição pelo sertão do oeste paranaense, travou contato com um argentino chamado Arthur Almeida, o qual “era natural de S. Pedro, falava corretamente o português. Como eu estranhasse sendo ele argentino e falasse tão bem o português, informou-me que, em S. Pedro. Povoado argentino, só se falava o português e que as próprias autoridades também o falavam” (FRANCO, 1973, p. 48).

Nascimento manifestou suas projeções sobre este espaço logo no início de sua partida da margem esquerda do rio Paraná. Ainda que o conceito de sertão fosse desconhecido pelos argentinos, relatou o espaço percorrido como um “novo sertão a vencer por longos dias” (NASCIMENTO, 1903, p. 153). Como se ele fosse um prolongamento do próprio sertão brasileiro.

Em meio ao contexto da Revolução Federalista, Nascimento foi um legalista e opositor ferrenho aos rebeldes. Essa visão, entretanto, mudou de maneira pragmática quando percorreu o território argentino. Ao encontrar os refugiados deste conflito, eles já não eram mais rebeldes que atentaram contra a pátria, eram patrícios que necessitavam do afago da nação brasileira. Assim registrou o encontro que travou com os brasileiros em meio ao caminho até San Pedro:

Ali reside um rio-grandense, natural de Palmeira, Epaminondas Casuni. Tinha dois filhinhos, orphãos de mãe; não podiam caminhar, tal a quantidade de bichos lhes deformando os pesinhos. Aqueciam-se ao fogo como transidos de frio.

Casuni vive pobrememente num pequeno rancho. Achava-se bastante enfermo; assim mesmo, tal foi a alegria ao ouvir vozes de brasileiros, que saltou da cama posto que muito tropego e diligenciou para nos dar hospedagem no seu misero albergue. Ah, mas o moço ao ver compatriotas em sua casa não cabia em si de contentamento! Fez o que poute para nos servir.

Mora em companhia desse moço tão trabalhador e tão pobre, outro de nome Argemiro Francisco de Oliveira, natural de Antonina. Ambos tinham por ali ficado desde a derrocada dos revolucionários. Sem recursos para poder voltar ao Brazil, ali permanecem sem saber até quando.—Até quando Deus fôr servido!—me disse um delles, tristemente sorrindo.

[...] por toda a zona missioneira até o Campo Eré, paranaenses, catharinenses e riograndenses era grande numero, ainda refugiados, eternamente banidos de sua terra natal pelas necessidades da vida (NASCIMENTO, 1903, pp. 153-155).

O filtro da narrativa de Nascimento apresenta esses brasileiros, outrora revolucionários a serem combatidos, como pessoas inocentes e ignorantes que foram influenciados por chefes revolucionários de má índole:

É que elles foram repellidos para o estrangeiro somente por effeito de sua ignorancia e pela ambição dos seus chefes.

Foram arrastados para a guerra a laço e a bola, alguns, outros inconscientemente, outros ainda pelo sabor da novidade, e quantos até pelo interesse do ganho! (NASCIMENTO, 1903, p. 160).

O seu maior receio era a possibilidade destes brasileiros serem engolidos pelo avanço argentino:

Encontramos ali muitos brasileiros já engrolando o castelhano; entre elles um de Paranaguá feito tropeiro e por nome Emilio Caetano. Todos elles vieram com as forças de Gumerindo Saraiva, e repellidos pelos legalistas sobre o Uruguay, passaram para o territorio das Missões argentinas em busca de trabalho (NASCIMENTO, 1903, p. 154).

Assim como demarcou Ambrosetti, o brasileiro apontou San Pedro como o “centro de todo o movimento missioneiro entre Barracão¹⁴ e Pirahy” (NASCIMENTO, 1903, p. 156). Também relatou minuciosamente as atividades ervateiras desta localidade. Para ele, eram os brasileiros que estavam engajados neste empreendimento. Contrariando o seu próprio alarde a respeito de seus patrícios estarem se “argentinizando”, demarcou a diferença destes em relação aos argentinos: “Os brasileiros que ali trabalham com difficuldade se distinguem daquelles, pois falam o seu patuá, seguem os seus costumes, trajam as suas roupas” (NASCIMENTO, 1903, p. 158).

A mudança no tom do discurso de Nascimento não foi por acaso. Ele projetou San Pedro como uma localidade ervateira de suma importância que poderia possibilitar a ampliação das exportações brasileiras para o país vizinho, já que, como ele mesmo apontou, a erva-mate brasileira era de melhor qualidade e mais barata se comparada a erva argentina: “assignalarei que o matte sahido do Brazil para Buenos Aires, alem de mais precioso, lá chega por menor preço do que o argentino” (NASCIMENTO, 1903, p. 156).

As exportações da erva-mate brasileira, estando naquela altura concentradas na costa atlântica -através dos portos de Paranaguá/PR, Antonina/PR e São Francisco do Sul/SC- poderiam ser ampliadas através de um possível domínio sobre a região de San Pedro.

¹⁴ Dentro do jogo das nomeações das localidades deste espaço, Nascimento utilizou a nomenclatura Barracão como uma versão aportuguesada para Barracón, localidade argentina que em 1921 teve o seu nome mudado para Bernardo de Irigoyen. O município brasileiro de Barracão surgiu apenas em 1916, após o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina. “O Barracão não nos pertence; fica sobre a margem direita do Pepiry-Guassú, e, portanto, em territorio argentino. [...] Como é sabido, do *Barracão* (emprego o termo por estar mais generalizado)” (NASCIMENTO, 1903, p. 163).

Consequentemente, haveria a possibilidade de incrementar as exportações pela fronteira oeste, pela via dos rios Paraná e Uruguai. O que reforçaria a produção já existente - embora em pequena escala - da erva que saía do porto paranaense de Foz do Iguaçu e dos portos fluviais das localidades gaúchas de Goio-Ên e Itaquí.

Ademais das questões relacionadas à erva-mate, a problemática geopolítica e, consequentemente, a disputa pelos espaços nesta zona fronteira, era central no discurso de Nascimento. Em sua narrativa, de maneira intencional, ofuscou os acontecimentos da expedição ervateira que se reportou ao governo de Corrientes em 1875 para legitimá-la como uma ação puramente brasileira:

O povoado S. Pedro está ligado á nossa historia por muitos motivos.

Esta povoação argentina foi primeiro habitada em 1875 pelos brasileiros Apparicio Gordona e Gomes Saboredo, que procurando terras de hervaes e as encontrando como se fossem florestas, ali assentaram os seus ranchos, fazendo os embarques pelo porto Pagiy, na margem direita do Uruguay (NASCIMENTO, 1903, p. 158).

Também de maneira intencional foi o apontamento da localidade argentina de Puerto Paggi, na margem direita do rio Uruguai, como uma área de atividade comercial de brasileiros, o que daria corpo para as suas argumentações de que a fronteira brasileira poderia se estender para além do Uruguai até alcançar o rio Paraná. Para dar maior consistência à sua argumentação, apontou que o Império já havia demarcado San Pedro como território brasileiro em 1865, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Ele utilizou desta justificava para argumentar o quanto não estava de acordo com o tratado firmado em 1895. Para ele, o limite natural do Brasil teria que se estender até o rio Paraná, o que implicava na anexação da totalidade da atual província de Misiones:

Mas os seus fundamentos para melhor dizer foram lançados dez annos antes, em 1865, pelo general Jardim, que procurando um porto sobre o rio Paraná para passagem das tropas brasileiras e encontrando nas proximidades um grande toldo de indios do cacique Maidana, sobre o local onde está o povoado assentou um marco com as armas do Império.

Não é para admirar que o illustre compatriota assim o fizesse, porquanto o limite natural do Brazil com a Republica Argentina é incontestavelmente outro que não a recta tirada entre as cabeceiras do Pepiry-Guassú é o Santo Antonio.

[...] Em vista da situação e da contiguidade geographicas, parecia que toda a zona territorial comprehendida, quase num angulo, entre os citados ramos superiores dos rios Paraná e Uruguay devesse pertencer á uma mesma região physica e politica. Portanto, sendo brasileiras as terras limitadas ali perto pela ribeira septentrional do Uruguay, ao mesmo dominio nacional deveriam pertencer as que cinge o Alto Paraná em sua ribeira oriental (NASCIMENTO, 1903, pp. 158-159).

Outro argumento para legitimar esse Brasil imaginado, o qual seria dotado de uma fronteira que iria além dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, era o de que seria uma resposta

para a uma suposta ação argentina que teria colocado um marco na altura do rio Jangada, nas proximidades de União da Vitória/PR e Porto União/SC, onde seria a fronteira pretendida pelos argentinos até antes da assinatura do tratado. No entanto, Nascimento denominou o agente estrangeiro como um pândego anônimo, o que torna este fato deveras duvidoso e de difícil comprovação:

[...] em 1887 por ocasião dos estudos de limites, um anonymo houve que presumindo que as possessões do seu paiz chegassem até o Jangada, ali assentara um velho marco de 1777 e com as armas da Republica Argentina, esquecendo-se o pandego de que esse escudo devia antes conter as armas de Hespanha que era a metrópole (NASCIMENTO, 1903, p. 159).

Novamente, para legitimar uma possível ocupação brasileira sobre Misiones, Nascimento manipulou os fatos relacionados à expedição argentina de 1875 ao apontá-la como uma expedição brasileira que teria saído do sertão paranaense, contando com o suporte dos habitantes de Campo Erê, em direção a San Pedro. “Adão Luchef e Fructuoso Dutra em 1875 navegaram o Iguassu acima, indo sahir em Campo-Eré. Dahi voltaram auxiliados pelos moradores daquele campo e romperam o sertão abrindo uma picada até a margem do Paraná. Foram sahir no porto Pirahy [...]” (NASCIMENTO, 1903, p. 159).

Nesse caso, ao apontar Adão como brasileiro, a narrativa de Nascimento expressa um tom enganoso, quando na verdade, a referida pessoa se tratava de Adamo Lucchesi, um italiano que se estabeleceu em Misiones, atuando como ervateiro e prestador de serviços de exploração para o governo argentino ¹⁵.

O discurso nacionalista do brasileiro foi bastante ousado. O ato de reivindicar uma posse brasileira para além da fronteira então estabelecida foi deveras audacioso. O teor da sua narrativa mudou apenas quando empreendeu o caminho de regresso à Curitiba. Ao cruzar pela fronteira de fato, na altura de Barracón, não deixou de reconhecê-la: “Para o lado opposto outra derrubada e uma habitação á beira da matta. Era o Brazil. Adeus, Missões! [...] largamos para o outro lado, anciosissimos por penetrar no território pátrio. Ainda bem” (NASCIMENTO, 1903, pp. 162-164).

Ao retornar para o território brasileiro, manifestou um sentimento de alteridade, demarcando costumes nacionais distintos em relação ao outro que estava do outro lado da fronteira, ainda que essa separação não correspondesse a uma realidade, já que o consumo do

¹⁵ Em 1936, após regressar à Itália, publicou um relato intitulado “Nel Sudamerica - Alto Paraná e Chaco. 1875-1905”. Ver também: (REPETTO, 2015).

mate não respeitava essa fronteira política: “Depois de um mez tomavamos café brasileiro; - pelas Missões apenas o chimarrão” (NASCIMENTO, 1903, p. 165).

Ao retornar para o Brasil, não deixou de manifestar receio para com a falta da existência dos aparelhos do Estado na fronteira. Situação esta que daria margem para as atividades de contrabando, o que significava uma grande perda de capital que poderia ser arrecadado através de tributação. O teor do seu registro foi alarmista no sentido de apontar o quanto ainda faltava conectar aquela fronteira com o restante da nação:

Por enquanto a comissão paranaense náda tem arrecadado, em consequência da não sahida das hervas por aquelle posto. Demais, o pessoal é reduzido para vigiar o contrabando feito pelo S. Antonio por uma picada que vae sahir directamente no porto Paulito, como ainda as hervas do Pepiry-Guassú pelo Uruguay.

[...] Ao meio dia seguimos por um desvio, indo sahir numa grande clareira sobre o Pepiry, junto a um rancho onde se acha installada a comissão paranaense encarregada da cobrança de impostos.

Moravam num misero palheiro feito de tacuarussú os distinctos conterrâneos; mas com as suas próprias mãos estavam construindo uma casa de taboas para melhor commodidade.

São os snrs. Francisco Rosas, chefe do pessoal e os guardas Manoel Ricardo Negrão e Alfredo Pessoa.

Na vespera tinha ali chegado o sr. Cleto afim de auxiliar o serviço. Vivem naquella solidão como segregados do Paraná e do Brazil, a matar mosquitos, sem notícias e sem recursos.

Emquanto não fôr aberto o sertão e não houver uma estrada que communique os centros commerciaes com aquellas paragens remotas, essa comissão quasi nada terá ali afazer (NASCIMENTO, 1903, pp. 163-168).

O tom alarmista de Nascimento apontou que a presença brasileira era ínfima nesta fronteira seca, ela representava apenas um enclave em meio à influência oriunda da Argentina. Para contornar esta situação, seria necessário conectar esta região com as localidades brasileiras mais próximas que estavam a leste daquele ponto fronteiro: “Todo o pequeno commercio é feito do lado argentino [...]. As populações da fronteira vão supprir-se em S. Pedro por preços fabulosos, quando poderiam fazer suas compras em Bella Vista ou Palmas, cujo commercio é muito mais razoável” (NASCIMENTO, 1903, p. 166).

Para o explorador brasileiro, a presença brasileira neste espaço era circunscrita apenas à presença do elemento militar:

Era a segunda vez que a commoção de mim se apoderava no meio das florestas, ao sentir as vibrações de um toque de corneta dando o signal da existencia por aquellas paragens de força militar,

O acompanhamento da comissão brasileira é feito com simplicidade, mas com o maior conforto e a maior hygiene possíveis. Todo o pessoal gosa perfeita saúde e vive satisfeito e nutrido.

O general Cerqueira, delicadíssimo e energico, está rodeado de um grupo de officiaes dos mais habilitados e distinctos do nosso exercito e que o estimam sinceramente. Reina completa harmonia em toda a comissão (NASCIMENTO, 1903, p. 165).

Nascimento demarcou ainda o quanto era necessário estabelecer uma nova povoação brasileira que pudesse fazer frente à presença argentina representada por Barracón. Seria esta uma missão civilizadora atribuída aos militares, legítimos representantes da nação em meio à fronteira-sertão¹⁶:

De volta ao acampamento: descanso de algumas horas afim de dirigirmo-nos ao ponto indicado para a futura povoação.

[...] Reunidos muitos brasileiros sobre o descampado aberto na encosta que desce para o Pepiry, fronteiro ao Barracão, o general Cerqueira, exultando de prazer e orgulho civico, expoz os motivos da resolução que tomara em promover a fundação de um povoado do lado brasileiro

[...] Já grande numero de compatriotas residia naquela zona, numa e noutra margem do Pepiry-Guassú e onde as únicas auctoridades existentes eram da nação argentina. Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras, e os brasileiros sem uma povoação sua continuariam a residir do outro lado, sob jurisdição estrangeira, onde ja havia começo de povoado com os recursos e as leis mais adequadas a existência das populações. Fazia se mister, pois, que a nossa fronteira se fizesse respeitar pelas suas auctoridades, os compatriotas vivendo á sombra das nossas leis.

[...] O novo povoado a fundar, alem de um asylo para os seus concidadãos, era como uma sentinella de vigilancia á nossa fronteira,—disse o general.

As palavras do illustre brasileiro foram acolhidas com frêmitos do mais ardente entusiasmo entre patricios e estrangeiros ali presentes.

No silencio daquellas pesadas florestas, era como uma evocação patriótica de honra, integridade e civismo a palavra amena e firme do notável brasileiro, a quem coube a gloria de constatar definitivamente pelos instrumentos da sciencia o que os livros da historia através do *Laudo* haviam decidido sobre os limites da nossa fronteira (NASCIMENTO, 1903, pp. 167-169).

Por fim, partindo de sua própria recomendação, apontou que a nova localidade deveria tomar o nome do próprio general Dionísio Cerqueira¹⁷. Tal nomeação se inseria no jogo de disputas de nomeações nesse ponto de contato entre Brasil e Argentina onde, diferentemente da região de Foz do Iguaçu, dotada de uma barreira fluvial, não existia uma barreira natural entre as duas nações nessa fronteira seca. O ato de nomear os lugares pelos quais percorrem os agentes estatais com a intenção de subordiná-los serve como um recurso eficiente para legitimar poder e controle político sobre a região descrita (CARTER, 1987, p. 137). Essa

¹⁶ O pensamento social brasileiro como um todo ainda não enxerga o avanço sobre o sertão como uma experiência histórica de fronteira móvel. Por esse motivo, ao unificar os dois conceitos, apresento assim a ideia de fronteira-sertão.

¹⁷ Militar e político baiano, participou da Guerra da Tríplice Aliança, foi deputado federal por três mandatos e ministro das Relações Exteriores do governo de Prudente de Moraes. Coube-lhe assinar o Tratado de 10 de abril de 1897, pelo qual Brasil e França se comprometeram a submeter à arbitragem do governo da Confederação Suíça a contenda sobre os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Em 1898, assinou o tratado que consagrou a fronteira entre Brasil e Argentina que fora estabelecida pela decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, em 1895.

legitimação de poder estava atrelada a uma concretização dessas projeções. A posse do território deveria virar uma efetiva realidade.

Sendo assim, a nova localidade teria a missão de se sobrepor à Barracón através da legitimação de um nome autenticamente republicano neste canto recôndito da fronteira-sertão:

O mesmo general apresentou a planta da povoação, colocou os marcos do alinhamento das ruas que deviam ser abertas no seio daquelle sertão, e entre as mais festivas demonstrações de contentamento foi assignada a seguinte acta:

«ACTA DA INAUGURAÇÃO DA POVOAÇÃO DO PEPIRYGUASSU', DEPOIS «DIONÍSIO CERQUEIRA»

[...] o capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propoz que em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense¹⁸ pelo Excellentíssimo Senhor General Dr. Dionísio Cerqueira, a nova povoação tomasse o nome de—Dionísio Cerqueira— em vez de Pepiry-Guassú, proposta que foi aprovada unanimemente (NASCIMENTO, 1903, pp. 170-171).

Apontar a fronteira seca como um local onde os argentinos já se faziam presentes era parte de sua estratégia narrativa de teor alarmista que tencionava pressionar o governo brasileiro no sentido de promover a ocupação deste ponto estratégico da fronteira-sertão. O alarde não correspondia à realidade, Barracón, cuja nomenclatura acabou não perdurando, era ainda apenas um entreposto ervateiro pouco povoado. A criação do município argentino de Bernardo de Irigoyen se daria apenas em 1921 (STEFANUK, 2009, p. 97).

O próprio censo argentino de 1895 apontava que os brasileiros eram a maioria da população residente no próprio lado argentino da fronteira. Os argentinos computavam 216 habitantes, enquanto que os brasileiros eram 384¹⁹. Existia ainda uma diferença acentuada no que tocava a demografia na região: enquanto San Pedro, no lado argentino, somava 600 habitantes, sendo, como foi apontado, a maior parte constituída por brasileiros, no lado brasileiro, apenas a localidade de Bella Vista de Palmas²⁰ concentrava 3231 habitantes²¹. Ainda assim, Nascimento não deixou de enfatizar de maneira constante um temor ante uma suposta preponderância argentina na fronteira seca. Para ele, numa clara alusão ao processo de avanço da fronteira no oeste dos Estados Unidos, os argentinos eram os “yankees meridionais” que estariam levando adiante o processo civilizador na fronteira-sertão:

Pelos detalhes que em capítulos precedentes expuz, bem se poderá confirmar que a guerra moderna de conquista é ali typica pelos meios diplomáticos e judiciários e pela atividade assombrosa desses «yankees» meridionaes. Elles ali cantam

¹⁸ Naquela altura ainda não havia sido estabelecido o limite definitivos entre Paraná e Santa Catarina. Em 1916, com a fixação dos limites, Dionísio Cerqueira passou a fazer parte da jurisdição de Santa Catarina, enquanto que o lado paranaense passou a ser denominado como Barracão.

¹⁹ Segundo Censo de la República Argentina - Mayo 10 de 1895 Buenos Aires Taller Tipografico de la Penitenciaría Nacional 1898, p. 643.

²⁰ Atualmente corresponde ao município paranaense de Clevelândia. O nome se trata de uma homenagem a Stephen Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos que arbitrou em favor do Brasil no litígio de fronteira com a Argentina.

²¹ Synopse do Recenseamento- 31 de Dezembro de 1900, p. 61.

em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, emquanto que nós, brasileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes dos seus caprichos. Nada temos ali de valor que nos aproveite: madeiras, commercio, navegação, fabricas, tudo lhes pertence. Pois não será tudo isso um desastre para as nossas armas no campo do progresso? (NASCIMENTO, 1903, p. 189).

O tom alarmista servia também para reivindicar uma postura mais belicosa por parte do Brasil. Nascimento defendia a opinião de que as colônias militares de Chapecó e do Chopim deveriam ser transladadas para a nova linha fronteira como motivo de precaução ante um possível conflito com a Argentina:

É opinião minha que essas colonias deveriam ser emancipadas, e reunidos os recursos de ambas no seu caracter militar transportadas para mais proximo da fronteira; ou então, crear outra na linha divisória entre o Pepiry-Guassú e o Santo Antonio.

[...] Em capitulo anterior ja fiz ver as vantagens de crear-se uma colonia militar sobre a chapada divisória das aguas do Pepiry-Guassú e Santo Antonio, como uma sentinella avançada da nossa fronteira.

As vantagens do estabelecimento desse posto militar são patentes, attendendo-se as diversas funcções a exercer, como sejam: fazer respeitar a integridade do nosso territorio; desenvolver a cultura e o povoamento daquella zona; zelar os interesses da União; garantir a liberdade dos nossos concidadãos; promover as relações de amizade e de interesses recíprocos entre os dois povos vizinhos; abrir comunicação com a colonia do Iguassu, pondo em correspondência e vigilância immediata as tres alludidas fronteiras; estabelecer comunicação directa com as colonias militares do Chapecó e Chopim, no concernente aos serviços de guerra e abrir relações commerciaes não só com essas colonias como ainda com as cidades de Palmas e Guarapuava e villa de Bella Vista, pondo, emfim, a fronteira de Missões em comunicação com todo o interior do Estado.

É sabido em assumpto de militança que em operações de guerra o exercito deve fraccionar-se nas marchas, por diversos caminhos, onde fácil seja a aquisição de recursos, para se concentrar forte e solidamente preparado no theatro da lucta.

[...] A nação que tiver de provocar ou acceitar uma guerra, assim o deverá praticar somente depois de bem calculada a probabilidade da victoria, e quando esta victoria possa ser fecunda.

Porque a nação que não conseguir lavar-se da offensa, tem por perdida a sua soberania e está condemnada a desaparecer do mappa do mundo.

A guerra é, pois, uma partida em que entram em acção todos os musculos do corpo nacional, forcas vitaes se conjugando no sentido de se fortalecer e se expandir (NASCIMENTO, 1903, pp. 180- 188).

Por fim, na conclusão do seu relato, o alvo das críticas de Nascimento não era o outro estrangeiro, elas eram direcionadas para as próprias instituições do governo brasileiro, as quais, para ele “somente lava os pés nas margens do Atlântico”.

E os Estados remotos que durmam nessa atonia de séculos!
E os sertões do paiz que continuem a florescer, a se multiplicar, invadindo os campos, atravessando os rios, entumescendo as montanhas!
Nós mesmos somos os culpados de que o pessimismo grite:
«Este Brazil cada vez mais selvagem : cabellos revoltos, crescidos, o peito pelludo.

Somente lava os pés nas margens do Atlântico, para que as esquadras vejam; calça as botas de luzimento, enverga o redingote e enfia o chapéu alto, para se fazer de educado nos salões diplomáticos.

Mas dispam-no e vejam como elle cuida mal do corpo e da saúde: mas saqueiem-lhe as algibeiras: hão de ver que ele apresenta, como dinheiro, as vinte letras quasi vencidas que representam os seus Estados; mas palpem-lhe os bolsos : hão de ver que elle não possui um bom revolver sequer com que defender-se, se for desfeitoado (NASCIMENTO, 1903, p. 215).

Para Nascimento, era na fronteira-sertão que a autêntica nacionalidade brasileira seria legitimada de fato. O Brasil deveria deixar de ser voltado apenas para o Atlântico e olhar para o seu próprio espaço interior. Seu discurso encontra similaridades com o que era emanado pelo seu contemporâneo e compatriota Silvio Romero (ROMERO, 1888, p. 355). O que denota o quanto ambos reivindicavam uma autenticidade nacional emancipada dos parâmetros europeus. Ainda que essas referências fossem uma unanimidade, elas não deixaram de sofrer reconfigurações dentro do ambiente americano. Outro viajante brasileiro, Silveira Netto, registrou uma posição parecida ao realizar a seguinte crítica: “[...] o Governo Federal não resumisse o Brasil na Capital da República, como o tem feito” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 96).

O cenário da fronteira-sertão era o lócus para a legitimação desse discurso que também estava balizado pelo contato de confrontação e aproximação para com o outro argentino. Estes, por sua vez, igualmente enxergaram a necessidade de ocupar a sua *frontera-desierto* para legitimar a construção do moderno Estado argentino. Eduardo Ladislao Holmberg, outro explorador argentino, dentro da conjuntura de afirmação de um discurso americanista, bem expressou tal prerrogativa: “*Mi ideal no es un viaje a Europa; pero, una vez realizado ¿no será un verdadero placer el contestar: «¿Misiones?, aquí está?»*” (HOLMBERG, 2012, p. 14).

Considerações finais

Conforme apontam os relatos de viagens, a ideia da multiplicidade das fronteiras em movimento dentro do espaço disputado entre Brasil e Argentina pode ser mapeada sob diversas frentes. Foi objeto de análise no presente artigo o movimento dos agentes estatais representantes do avanço da fronteira dos seus respectivos Estados.

Analisar tal movimento e suas projeções nos faz pensar sobre as ações humanas e as transformações ocorridas neste espaço e entender como ele alcançou a configuração que se encontra hoje. Este espaço não estava pré-disposto ou destinado a ser parte de Brasil e Argentina. Para que suas respectivas projeções pudessem ganhar corpo e ocorresse a efetiva

territorialização do espaço, foi necessário empreender esforços, dentro de um tipo de releitura do neocolonialismo, no sentido de levar as fronteiras do Estado para os cantos recônditos pretendidos como parte de seus respectivos projetos nacionais.

Referências

- ABÍNZANO, Roberto Carlos. El frente extractivo de yerba mate y madera – Una actividad socioeconómica transnacional de la triple frontera. In: NÚÑES, Angel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). *Dilemas e diálogos platinos – Relações e práticas socioculturais*. Dourados: UFGD, 2010. p. 9-76.
- ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From borderlands to borders: empires, nation-states, and the peoples in between in North American. *The American Historical Review*. Vol. 104, No. 3, p. 814-841. jun.1999.
- AMBROSETTI, Juan Bautista. *Tercer Viaje a Misiones*, Buenos Aires: Publicado en el Tomo XVI del Boletín del Instituto Geográfico Argentino, 1895.
- _____. *Tercer Viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008.
- ARANHA, Bruno Pereira de Lima. *De Buenos Aires à Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizadas à terra do mate (1882-1898)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, PROLAM-USP, 2014.
- _____. *Entre Sertões e Desiertos: Viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO), 2020.
- BASALDÚA, Florencio de. *Pasado - Presente - Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata, 1901.
- BOLTON, Herbert Eugene. *The Spanish Borderlands: a chronicle of old Florida and the Southwest*. New Haven: Yale University Press, 1921.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.
- CARTER, Paul. *The road to Botany Bay. An exploration of landscape and history*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- CRESTANI, Leandro de Araújo. *História da Ocupação na Fronteira entre Brasil e Argentina (1881-1930): Uma perspectiva comparada e transnacional*. Tese de doutorado em História Contemporânea do Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora, 2019.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina*, Chapecó, v. 10, n. 1 a 8, p. 265-343, 2006.

FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal de Paraná, 1973.

GADEA, Hilda. *Historia de San Pedro*. San Vicente: Talleres Gráficos Papelandia, 2007.

HOLMBERG, Eduardo Ladislao. *Viaje a Misiones*. Paraná: Universidad Nacional de Entre Ríos; Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2012.

LISTA, Ramón. *El Territorio de las Misiones*. Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883.

MARTINELLO, André Souza. *Geografia Histórica, Discursos Espaciais e Construção Territorial em Santa Catarina*. Tese de doutorado em Geografia. FFLCH-USP. 2016.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como Destino de Viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia-UFF, Niterói, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2003.

MORAES, Cristina de. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil. *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia*. 2017 Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/11774>> Acesso em 29 jan. 2020.

NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia da Republica, 1903.

PRATT, Mary Louise, *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RÊGO, André Heráclio do; CAPDEVILLA, Rubén. Louis de Bocard. *Um fotógrafo suíço na Tríplice Fronteira (1889-1956)*. Asunción: Embajada del Brasil em Asunción. 2017.

RENK, Arlene. *A luta da Erva: Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.

REPETTO, Carolina. Adamo Lucchesi: La lectura y el viaje a fines del siglo XIX. *Zibaldone. Estudios italianos*, vol. III, n.1, p. 104-110, 2015.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Typ. Lammert & C., 1888.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

Segundo Censo de la República Argentina - Mayo 10 de 1895 Buenos Aires: Taller Tipografico de la Penitenciaría Nacional, 1898.

SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

STEFANUK, Miguel Ángel. *Diccionario Geográfico Toponímico de Misiones*. Edición literaria a cargo de Zenda Liendivít, con prólogo de Norberto Levinton. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2009.

Synopse do Recenseamento- 31 de Dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.

VENSON, Letícia. *José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó (1880-1898)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó, 2018.

WINTER, Murillo Dias. *Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental (Província Cisplatina - 1821-1828)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

WILDE, Guillermo. De la depredación a la conservación. Génesis y evolución del discurso hegemónico sobre la selva misionera y sus habitantes. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, vol.10 no.1, p. 87-106. 2007.

XAVIER, Mário. *O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó: Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense*. Florianópolis: Insular, 2016.

BARRACÃO OR BARRACÓN? MOVING FRONTIERS AND THE LITIGIOUS SPACE BETWEEN BRAZIL AND ARGENTINA (1882-1905)

Abstract:

The present research consists of an analysis' proposal of reports made by Brazilian and Argentine travelers who went to the Brazil-Argentina border and published texts about the region between 1882 and 1905. In order to analyze this space disputed by the two nations, we expanded the idea of conceiving the border only as a demarcation line to analyze the movement of state agents from both countries within a space, however undefined, such as a "borderland", idealized as a "sertão" by the Brazilians and as a "desierto" by the Argentines. This ended up conforming to an original look, within an Americanist proposal that differed from European reports about America. This time, it was the Americans looking at their unknown interior vastness.

Keywords: *Brazil-Argentina border. Borderland. Territory. Spatial History.*

BARRACÃO O BARRACÓN? FRONTERAS EN MOVIMIENTO Y EL ESPACIO LITIGIOSO ENTRE BRASIL Y ARGENTINA (1882-1905)

Resumen:

Este artículo consiste en una propuesta de análisis de los informes realizados por viajeros brasileños y argentinos que recorrieron la frontera entre los dos países y publicaron textos sobre la región entre 1882 y 1905. Para analizar este espacio disputado por las dos naciones, ampliamos la idea de concebir la frontera solo como una línea de demarcación para poder analizar el movimiento de los agentes estatales de ambos países dentro de un espacio indefinido, idealizado como un sertão por brasileños y como un desierto para los argentinos. Lo que terminó conformando un aspecto original, dentro de una propuesta americanista que difería de los informes europeos sobre América. Esta vez, fueron los americanos mirando sus desconocidas extensiones interiores.

Palabras clave: *Frontera Brasil-Argentina. Borderland. Territorio. Espacio.*

Submetido: 16/04/2020

Aceite: 21/07/2020